

Diário do Legislativo de 27/02/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder:

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Lúcia Mendonça Maria DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Resende Maria BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Filho Patrús

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin Pcdob
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Tadeu Leite Luiz PMDB

Deputado Leonardo Moreira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lopes Adalclever PMDB

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PV Presidente

Deputada Costa Elisa PT Vice-Presidente

Deputado Tosta Walter BSD

Deputado BSD

Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia Da 8ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 27/2/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.024, que dispõe sobre os organismos geneticamente modificados - OGMs - no Estado. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Antônio Carlos Arantes opinou pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.073, que estabelece normas para a instalação e manutenção de sistema de ar condicionado em ambiente de uso coletivo. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Domingos Sávio opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.413/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.724/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.604/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.632/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.817/2007, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede hospitalar pública do Estado programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia e bulimia nervosa e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado, em dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida a espaço público no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, e a Emenda nº 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de

Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 7/2007, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.842/2008, da Comissão do Trabalho; 1.865/2008, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 363/2007, do Deputado Arlen Santiago; 1.406/2007, da Deputada Rosângela Reis; 1.657/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.711/2007, do Deputado Durval Ângelo; 1.866/2007, do Deputado Padre João; 1.873/2007, do Deputado Inácio Franco; 1.932/2007, do Deputado Elmiro Nascimento.

Requerimentos nºs 1.838/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 1.843/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.850/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.756/2007, da Deputada Rosângela Reis; 1.877/2007, do Governador do Estado; 1.881/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 1.917/2007, do Deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 1.829/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 1.841/2008, da Comissão de Participação Popular; 1.851 e 1.852/2008, do Deputado Jayro Lessa; 1.853/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini; 1.566/2007, do Deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.859/2007, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 716/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 118/2007, do Deputado André Quintão; 236/2007, do Deputado Carlin Moura; 712/2007, do Deputado Padre João; 731/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 898/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.440/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.448/2007, do Deputado Mauri Torres; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre a venda de energia elétrica para a iniciativa privada.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.752/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.405, 1.576/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.592/2007, da Deputada Rosângela Reis; 1.728/2007, do Deputado Rômulo Veneroso; 1.755/2007, da Deputada Rosângela Reis; 1.861/2007, do Deputado Bráulio Braz; 1.863/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.869/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.883/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.896, 1.897, 1.899/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 1.901/2007, do Deputado Wander Borges; 1.905/2007, do Deputado Durval Ângelo; 1.906/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.910, 1.913, 1.914/2007, do Deputado Getúlio Neiva; 1.918, 1.919, 1.922, 1.923/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.937/2007, do Deputado Juninho Araújo; 1.946/2007, da Deputada Rosângela Reis.

Requerimentos nºs 1.857/2008, do Deputado Bráulio Braz; 1.864/2008, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 27/2/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.830 a 1.837 e 1.846/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.847/2008, do Deputado Delvito Alves; 1.849, 1.860, 1.861 a 1.863/2008, do Deputado Doutor Viana; 1.854/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; e 1.859/2008, do Deputado Dimas Fabiano.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 27/2/2008, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 18.024, que dispõe sobre os organismos geneticamente modificados - OGMs - no Estado; e 18.073, que estabelece normas para a instalação e manutenção de sistema de ar condicionado em ambiente de uso coletivo; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 15/2007, do Deputado Eros Biondini, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede hospitalar pública do Estado programa de prevenção e tratamento de distúrbios alimentares para portadores de anorexia e bulimia nervosa e dá outras providências; 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado, em dias de jogos; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida a espaço público no Estado; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo; 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; e 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Resolução nºs 1.413/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica, e 1.724/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 1.604/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica; 1.631/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica; 1.632/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica; e 1.817/2007, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de fevereiro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Patrús Filho, Gil Pereira, Gilberto Abramo e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/2/2008, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2008.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 2.070/2008

Declara de utilidade pública a Liga Mineira de Atletismo - LMA -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Liga Mineira de Atletismo - LMA -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2008.

Rômulo Veneroso

Justificação: A Liga Mineira de Atletismo - LMA -, fundada em 7/7/2000, é uma entidade civil, com caráter desportivo e sem fins lucrativos, que tem por finalidade a reunião de pessoas praticantes ou simpatizantes do atletismo, visando ao intercâmbio, à realização pessoal e à integração de todos.

A LMA tem desenvolvido diversos eventos no Estado, criando oportunidades de desenvolvimento e integração entre atletas profissionais e amadores, além das oportunidades de trabalho, oferecidas em cada evento realizado. Além disso, leva, por meio do esporte, exemplos de auto-estima e autoconfiança a todos interessados.

Considerando a importância da entidade, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 212/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 212/2007, de autoria da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, objetiva a construção, sob responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Industrial - Indi -, de câmara frigorífica para armazenamento de insulina, destinada à exportação via aeroporto de Confins.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em tela pretende a alocação de recursos para a implantação de uma câmara frigorífica nas dependências do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, aeroporto de Confins, de forma a possibilitar a estocagem de insulina destinada à exportação. Indica, ainda, o Indi como órgão responsável pelo atendimento da demanda.

A oferta de serviço de câmara resfriada em um aeroporto internacional que se distingue pela característica de porto seco, destinado à atividade de importação e exportação de mercadorias, é plenamente justificável. Não só a exportação de insulina, mas também a de outros produtos perecíveis e a importação de produtos farmacêuticos, laboratoriais, biológicos, entre outros, carecem de estrutura adequada no aeroporto de Confins.

Como a proposta é coerente com a finalidade da Ação 1197 - Ampliação e Construção de Aeroportos - do Programa 152 - Programa Aeroportuário de Minas Gerais - Proaero -, somos pelo seu acolhimento na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 212/2007 por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - Carlin Moura - João Leite.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 349/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 349/2007, de autoria do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora, solicita obras para captação de águas pluviais e de esgoto sanitário doméstico e industrial no Município.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 31/10/2007, em Juiz de Fora, audiência pública com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em tela solicita obras para captação de águas pluviais e de esgotos sanitários doméstico e industrial no Município de Juiz de Fora.

A cidade de Juiz de Fora não se inclui da área de concessão da Copasa, a empresa pública estadual responsável pelos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos em Minas Gerais. Entretanto, o PPAG prevê a implantação, a ampliação e a melhoria de sistemas de coleta de esgoto sanitário em localidades que não são concessão da estatal, por meio da Ação nº 4665, do Programa de Saneamento Básico (48). Desta forma, o Estado visa à ampliação do acesso da população ao saneamento básico, uma das metas do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

Assim sendo, entendemos que o pedido deve ser encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana para atendimento, considerada a importância do saneamento básico para a saúde da população. Por essa razão, acolhemo-lo na forma de requerimento ao órgão responsável.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 349/2007 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Eros Biondini.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 382/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 382/2007, de autoria da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, solicita a expansão do setor produtivo metal-mecânico e ampliação de mercados, com o incremento da competitividade e da lucratividade e a geração de renda de forma sustentável.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em análise sugere a implementação de mecanismos que induzam a expansão do setor metal-mecânico.

Qualquer expansão de um determinado setor econômico, em especial do metal-mecânico, que é dependente de reservas minerais não renováveis, exige a intervenção regulatória do poder público. Apesar de cerca de 30% do PIB de Minas Gerais estarem diretamente vinculados à atividade de mineração, não existe uma política minerária estadual. O incentivo à agregação de valor das inúmeras substâncias minerais extraídas no território mineiro e a criação de uma estratégia de longo prazo para a administração dos estoques de minerais primários são ações fundamentais para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do Estado. Somos, portanto, pelo acolhimento da proposta na forma de requerimento para que se envie ofício à Secretaria de Desenvolvimento Econômico sugerindo estudos com o objetivo de elaborar uma política minerária para Minas Gerais e solicitando empenho na execução da Ação 4654 – Apoio à Infra-Estrutura e Suporte à Atração de Investimentos para a Cadeia Mineral, Siderúrgica e Setor Metal-Mecânico.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 382/2007, por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Eros Biondini - João Leite.

Comissão de Participação Popular

Relatório

As Propostas de Ação Legislativa nºs 409/2007, de autoria da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, 413/2007, da Associação das Obras Paroquiais e Assistência, 414/2007, do Fundo Cristão para Crianças e do Fórum Mineiro de Educação Infantil, 416/2007, do Parlamento Jovem/PUC-Minas, 417/2007, da Consultoria Social, 419/2007, de Marise Fernandes Souza, e 420/2007, de Mônica Aparecida Bezerra, sugerem aprimoramentos no programa Escola em Tempo Integral.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, no dia 27/10/2007, em Araçuaí, no dia 31/10/2007, em Juiz de Fora, e nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, em audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas em análise sugerem aprimoramentos diversos no Programa Estruturador 019 – Escola em Tempo Integral, como a universalização do atendimento para todas as escolas de ensino fundamental, participação de pais e alunos no planejamento das ações, avaliação permanente do programa e acompanhamento psicológico dos alunos e famílias atendidos.

Consideramos pertinentes os conteúdos das propostas no que tangem à concepção do programa Escola em Tempo Integral.

Dessa forma, acolhemos as propostas em análise na forma de requerimento, para que seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Educação, solicitando especial atenção às sugestões analisadas.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação das Propostas de Ação Legislativa nºs 409, 413, 414, 416, 417, 419 e 420/2007 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Eros Biondini.

Parecer sobre as Propostas de Ação Legislativa Nºs 472 e 556/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

As Propostas de Ação Legislativa nº 472/2007, de autoria da Associação dos Moradores de Machado, e 556/2007, de autoria de Aginaldo Martins de Fátima, têm por objeto a recuperação das matas ciliares e a perenização de rios.

Publicadas no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vêm as propostas a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

As propostas em análise buscam atender à necessidade de recuperar e perenizar os rios, para possibilitar que as pessoas que moram nas periferias dos Municípios tenham acesso a água de qualidade. Uma das sugestões propostas é a retirada das habitações irregulares das margens dos rios, para recuperar as matas ciliares.

A matéria é pertinente ao PPAG dentro do escopo da Ação 4087 – Recuperação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas –, pertencente ao Programa 113 – Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos. O principal órgão encarregado dessa tarefa é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, juntamente com os Comitês de Bacia Hidrográfica já formados e os Municípios. Portanto, sugerimos que seja enviado ofício à referida Secretaria, com a recomendação de enfatizar a fiscalização da ocupação irregular das margens dos rios e de orientar os Comitês e Municípios para que também se empenhem nessa fiscalização.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento das Propostas de Ação Legislativa nºs 472 e 556/2007 por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini, relator - João Leite - Carlin Moura.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 514/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 514/2007, de autoria da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg – e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Minas Gerais – Senai-MG –, objetiva a criação de parceria entre os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs – e os Serviço Social da Indústria – Sesi – e Senai locais, otimizando espaço físico, profissionais e principalmente oficinas e laboratórios.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta sugere que sejam estabelecidas parcerias entre os Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs – e as unidades do Serviço Social da Indústria – Sesi – e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Minas Gerais – Senai-MG –, mais próximas ao local dos centros para obter melhor utilização de espaço físico, da equipe profissional e, principalmente, das oficinas e dos laboratórios dessas instituições.

A proposta oferece, a rigor, sugestão de caráter gerencial ao órgão responsável pela implantação e gestão dos CVTs. Portanto, somos pelo acolhimento da proposta na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 514/2007 por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Eros Biondini.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 515/2007

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 515/2007, de autoria do Movimento Popular da Mulher – MPM –, objetiva a criação, pelo Núcleo de Pesquisa da Mulher e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, de cursos de capacitação em microeletrônica e em microssistemas voltados para mulheres de famílias de baixa renda.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 15/11/2007, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 6, 7 e 8/11/2007, em Belo Horizonte, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.615/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2008-2011. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em análise sugere que sejam criados cursos de capacitação em informática para mulheres de famílias de baixa renda.

A proposta é pertinente, porém, já está atendida pela Ação 4111 – Implementação de Cursos de Formação Profissional –, do Programa 042 – Rede de Formação Profissional Orientada pelo Mercado. Portanto, somos pelo acolhimento da proposta na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 515/2007 por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - João Leite - Eros Biondini.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.184/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Conselho Central de Corinto da SSV, com sede no Município de Corinto.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.184/2007 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Central de Corinto da SSV, que tem caráter beneficente, cultural, assistencial e de promoção humana, trabalhando para valorizar o indivíduo e a comunidade.

Dessa maneira, pratica a filantropia, prestando ampla assistência aos habitantes mais carentes da comunidade por meio de seus Conselhos Particulares, Conferências Vicentinas, Obras Unidas e Especiais.

A Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por objetivo corrigir o nome da entidade, de acordo com o art. 1º de seu estatuto.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.184/2007, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2008.

Domingos Sávio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.882/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado José Henrique, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores da Polícia Federal de Belo Horizonte – Ansef-MG –, com sede nesse Município.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.882/2007 pretende declarar de utilidade pública a Ansef - MG, que tem como finalidade precípua congregar e representar judicial e extrajudicialmente seus associados em defesa de direitos individuais e coletivos.

Dessa maneira, desenvolve atividades e programas que os beneficiem, bem como seus dependentes e a comunidade, busca a integração com as demais entidades representativas de empregados, empregadores e funcionários públicos existentes no Estado e demais unidades da Federação, estimula o desenvolvimento social e cultural da categoria, incentivando a sua participação em eventos que contribuam para o aperfeiçoamento da segurança pública e participa de jogos nacionais de integração dos servidores da Polícia Federal.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.882/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2008.

Domingos Sávio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.915/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Getúlio Neiva, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Esperança – Acre –, com sede no Município de Carlos Chagas.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.915/2007 pretende declarar de utilidade pública a Acre, com sede no Município de Carlos Chagas, que tem como finalidade precípua melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais.

Na consecução de seus propósitos, combate a fome e a pobreza, promove a proteção à saúde da família, da gestante, da criança e do idoso, integra seus beneficiários no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional, orienta sobre a preservação do meio ambiente, implementa ações nas áreas da educação, da cultura e do esporte, habilita pessoas portadoras de deficiências e representa a comunidade junto a órgãos públicos e privados.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.915/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2008.

Domingos Sávio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.920/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pedra de Fogo, com sede no Município de Brasília de Minas.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.920/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pedra de Fogo, com sede no Município de Brasília de Minas, entidade sem fins lucrativos, originária do movimento espontâneo da comunidade de Pedra de Fogo, Distrito de Retiro de Cesário.

Sua finalidade precípua é promover o desenvolvimento comunitário por meio da realização de obras e melhoramentos, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e do convívio entre os habitantes. Para isso, fomenta atividades culturais, desportivas e econômicas, especialmente no setor das explorações agropecuárias, além de atividades assistenciais.

Pela relevância das suas iniciativas, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.920/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

Elisa Costa, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.947/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Conselho Central Imaculada Conceição, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.947/2007 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Central Imaculada Conceição, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete, que tem como finalidade precípua desenvolver atividades assistenciais e de promoção humana, trabalhando para valorizar o indivíduo e a comunidade.

Dessa maneira, pratica a filantropia, assistindo os moradores mais carentes da região por meio dos conselhos particulares, das conferências vicentinas, das obras unidas e especiais.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.947/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

Domingos Sávio, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 961/2007

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o Projeto de Lei nº 961/2007 dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros em peças publicitárias de órgãos da administração pública direta e indireta do Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 27/4/2007, a proposição foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Compete agora a esta Comissão emitir parecer sobre o mérito do projeto, nos termos do art. 102, V, combinado com o art. 188, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem como objetivo fixar quota mínima de vagas nas peças publicitárias promovidas por órgãos e entidades da administração pública estadual. Trata-se de medida inserida no âmbito das ações afirmativas, que têm como premissa o reconhecimento de concreta desigualdade entre grupos sociais, a qual não se consegue resolver nem pelo simples reconhecimento da igualdade jurídica entre os indivíduos nem pelas políticas públicas convencionais. Faz-se necessária, portanto, intervenção público-estatal mais efetiva, como a proposta na proposição.

Pela proposta contida no projeto, pelo menos 40% dos profissionais que figurem em peças publicitárias dos órgãos do poder público estadual deverão ser afro-brasileiros. Percebe-se que é uma medida em harmonia com as necessidades e desafios sociais que enfrentamos no campo da promoção da igualdade racial. É uma seara que tem recebido relevantes mudanças nos últimos anos, notadamente após a redemocratização do País e a edição da nova Constituição, na década de 1980, produzindo um contexto no qual se enquadra a proposição em análise.

Segundo Carlos Vogt, "do ponto de vista das ações afirmativas, o País caminhou bastante nesses últimos anos no que diz respeito aos cenários mais positivos para a mobilidade social, o desenvolvimento pessoal, a formação profissional e as chances de concorrência e competição do homem e da mulher negra no mercado de trabalho". Para o autor, "há avanços, sobretudo por parte do governo, quanto à adoção de ações afirmativas relativamente à população negra do País, entre elas o abandono oficial da doutrina da 'democracia racial' desde a Conferência Mundial contra a Discriminação Racial, realizada em Durban, na África do Sul, acompanhado da instituição de cotas de emprego em vários ministérios e serviços, além da criação de programas voltados para os direitos humanos, para a formação profissional e para o reconhecimento do direito à titulação de propriedade de terras remanescentes de quilombos, entre outros" ("Ações afirmativas e políticas de afirmação do negro no Brasil").

Estudos a respeito da condição da população negra no País, publicados no "Atlas Racial Brasileiro", bem como diagnósticos como o produzido na Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, não apenas enfatizam os problemas sociais que envolvem essa população como também apontam para a necessidade de ações afirmativas, como a constante do projeto de lei em estudo. Note-se, aliás, que já há no Brasil um conjunto importante de normas e de propostas legislativas enfrentando a questão.

Com a finalidade de aprimorar a proposição, apresentamos, na conclusão, substitutivo que aprimora a redação do art. 1º e acrescenta dispositivos que complementam a matéria originalmente tratada. No art. 2º, propõe-se que as peças publicitárias produzidas pelo setor público se pautem pela valorização da herança cultural afro-brasileira, bem como pelo reconhecimento de sua participação na construção de nossa história, afastando estereótipos racistas muitas vezes utilizados em trabalhos dessa natureza. O art. 3º contém previsão de sanção para os casos de descumprimento da medida imposta pela regra a ser criada. Procura-se, com isso, dar mais efetividade ao comando normativo referente à reserva de vagas em questão.

Verifica-se, enfim, que o projeto de lei sob exame conjuga-se com nossos mais elevados valores socialmente compartilhados e enfrenta significativo problema social, em geral pouco observado no desenvolvimento de nossas políticas públicas, razões pelas quais é merecedor de aprovação nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 961/2007 na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre reserva de vagas para afro-brasileiros em peças publicitárias promovidas pela administração pública estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam reservadas para afro-brasileiros 40% (quarenta por cento) das vagas para participação em filmes, programas ou peças publicitárias promovidas por órgãos ou entidades da administração pública estadual.

§ 1º – Constará nas especificações previstas em edital para contratação de serviços de consultoria, conceitualização, produção e realização das atividades previstas no "caput" a obrigatoriedade do atendimento ao disposto nesta lei.

§ 2º – O contratante poderá exigir, para fins de aplicação do disposto neste artigo, a apresentação de documentação específica na fase de habilitação no processo licitatório.

§ 3º – Considerar-se-á inadimplemento contratual, sujeito a rescisão unilateral, a execução de contrato sem o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 2º – As atividades previstas no "caput" do art. 1º valorizarão a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história de Minas Gerais.

Art. 3º – A infração ao disposto nesta lei implica, para o agente responsável pela licitação, contratação ou gestão do contrato, bem como para o contratado, multa no valor de 1.000 Ufemgs (mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

Parágrafo único – A multa prevista no "caput" será cobrada em dobro na hipótese de reincidência.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2008.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - João Leite, relator - Almir Paraca.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/2/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho

exonerando Helio Eustaquio Bacelete Junqueira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Rodrigo Bacelete Junqueira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Helio Eustaquio Bacelete Junqueira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Rodrigo Bacelete Junqueira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Érico Lucas Souto Lepesqueur do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Angela Maria Lucas Lepesqueur para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Fabian Ricardo Schettini do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Joaquim Duarte Lage Neto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Maria do Socorro dos Anjos Brito do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Antônio Ronaldo Ferreira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Leonardo Salles Lafeté para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Marcelo Luiz Noronha Prata para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Maria do Socorro dos Anjos Brito para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Thiago Magalhães Resende para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Joaquim Duarte Lage Neto para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2007

CONVITE Nº 9/2007

Objeto: contratação de empresa de engenharia, devidamente registrada no Crea, com o objetivo de elaborar levantamento cadastral, projeto de reforma e acompanhamento da implementação das redes hidrossanitária e pluvial do Palácio da Inconfidência.

Licitante desclassificada: IPÊ CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL - decide abrir prazo de quatro dias úteis para apresentação de nova proposta, com base no art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2007

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 17/3/2008, às 14h30min, tomada de preços, do tipo menor preço global, tendo como finalidade a contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar condicionado.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do Pregão Eletrônico nº 2/2008, relativo à contratação de empresa especializada para transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de motocicletas, está suspenso o processo até que se defina nova data para a realização da sessão pública.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do Pregão Eletrônico nº 9/2008, relativo à aquisição de equipamentos de proteção individual para trabalhos com eletricidade, está suspenso o processo até que se defina nova data para a realização da sessão pública.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação com o título em epígrafe verificada na edição de 15/2/2008, pág. 83, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Adalclever Lopes", onde se lê:

"Irmany Fauro de Oliveira", leia-se:

"Irmany Fauro de Oliveira Gonçalves".